

# DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL EM SÃO PAULO

José Tadeu Arantes  
Jornalista



www.adusp.com.br

*Embora decisiva, a base material do processo de desenvolvimento deve ser encarada como um meio e não um fim. Não é óbvio que o crescimento econômico se associe automaticamente a uma melhoria da qualidade de vida. Idéia particularmente válida no Estado de São Paulo, por exemplo: enquanto a atividade econômica paulista responde por cerca de 30% do PIB nacional, entre 1994 e 1998 o número de barracos e favelas cresceu 42% na Grande São Paulo*

O indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1993, define desenvolvimento como o processo de ampliação da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas. “O que surpreende nesta definição é que ela não se concentra imediatamente em fatores materiais, em indicadores econômicos, mas na ampliação do horizonte social da vida das pessoas”, escreve Ricardo Abramovay, da FEA-USP, no artigo “Conselhos além dos limites”, publicado na revista do Instituto de Estudos Avançados (dezembro de 2001).

A base material do processo de desenvolvimento é absolutamente

decisiva, reconhece o pesquisador. Deve, porém, ser encarada como um meio e não um fim. Pois não é óbvio que o crescimento econômico se associe de maneira automática a uma melhoria da qualidade de vida das pessoas e a uma ampliação de sua possibilidade de auto-realização. “Não se trata de restringir a ambição contida na palavra desenvolvimento, mas ao contrário de impedir que ela se submeta aos puros imperativos do crescimento econômico”, argumenta Abramovay.

Idéia particularmente válida em relação a São Paulo, cujas contradições desafiam os modelos tradicionais. O Estado exhibe, simultaneamente, uma infra-estru-

tura sem paralelos no país e aguda degradação ambiental; serviços que alcançam padrões de primeiro mundo e índices alarmantes de violência; oportunidades raras de emprego e condições de trabalho extremamente estressantes.

A atividade econômica paulista responde por cerca de 30% do PIB nacional. No entanto, segundo pesquisa da Fundação Seade, entre 1994 e 1998 o número de barracos e favelas cresceu 42% na Grande São Paulo. “São Paulo está perdendo progressivamente sua antiga hegemonia industrial, porque o alto custo de vida desfavorece atividades competitivas”, diz o economista Paul Singer, da FEA-USP. “Por outro lado, o

Estado abriga a maior concentração de universidades, centros de pesquisa, editoras, produtoras, empresas de mídia etc.”

São Paulo tem uma enorme importância na economia brasileira. Por que seu governador não tem uma importância equivalente na política nacional? O primeiro passo para isso é politizar o debate sucessório. Quais são as respostas dos candidatos à corrosão dos salários, ao desemprego, ao empobrecimento da população, à favelização das áreas metropolitanas, à devastação do meio ambiente, à degradação dos espaços e relações de trabalho, à crise da pequena e média empresa? Como pretendem tirar proveito da liderança intelectual e científica do Estado? Até que ponto estão dispostos a somar forças com os representantes da sociedade civil organizada, a criar novos espaços para expressão da energia criadora da cidadania, a “democratizar a democracia”? Quais são, enfim, seus planos estratégicos para inserir São Paulo no terceiro milênio?

“Devemos distinguir dois tipos de iniciativas: aquelas que podem ser implementadas desde já, a partir da capacidade atual do governo paulista; e aquelas que dependem de uma recuperação do modelo federativo, corroído pelas ações truculentas do governo federal, tanto no nível da receita quanto de concentração de decisões”, pondera o sociólogo Silvio Caccia Bava, fundador do Instituto Polis,

duas vezes presidente e atual diretor da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong).

“Nunca o Estado brasileiro arrecadou tantos impostos como agora. Há dez anos, eles correspondiam a 22% do PIB. Hoje, representam 34%. Houve um crescimento de mais de 50% na arrecadação. O problema é que esses recursos estão cada vez mais concentrados nas mãos do governo federal e são desviados para o pagamento dos serviços da

“O  
executivo federal  
apropria-se da  
capacidade decisória  
dos governadores  
federados”

dívida pública, interna e externa. Enquanto 66% dos domicílios brasileiros não estão ligados à rede de esgoto, uma resolução do Conselho Monetário Nacional proíbe que o FGTS destine recursos, até constitucionalmente estabelecidos, para programas de saneamento básico e habitação”.

Caccia Bava aponta o paradoxo de um sistema federativo no qual o executivo federal apropria-se da capacidade decisória que deveria caber aos governa-

dores federados. “É necessária uma reforma política que refaça o pacto federativo e redistribua o poder”, afirma. “Da mesma forma que existe uma frente nacional de prefeitos, deve haver também uma articulação de governadores. As políticas definidas hoje na esfera federal contemplam principalmente os interesses das grandes corporações transnacionais. Os governadores têm importante papel a cumprir no redirecionamento e na redemocratização dessas políticas”.

Como exemplo de democratização das políticas públicas, o sociólogo cita o que ocorreu na esfera da saúde. “Há 20 anos, surgiu, em São Paulo, o Movimento Popular de Saúde, que propunha a constituição de conselhos paritários para gerir e fiscalizar os equipamentos básicos na área. Hoje, apenas na cidade de São Paulo, existem 166 unidades de saúde fiscalizadas por esses conselhos, que reúnem 3.336 delegados, eleitos em votação direta por 250 mil pessoas”.

Na sua opinião, os conselhos acumularam força suficiente para propor uma reforma descentralizadora e participativa do sistema de saúde, o SUS, agora adotado em todo o território nacional. “Experiências semelhantes ocorreram também em outras áreas, como a da criança e do adolescente. De modo que temos, atualmente, 27 mil conselhos de vários tipos no país. Trata-se de um formidável impulso democratizante, de baixo para cima, que o poder estadual precisa acolher”.